

segmentos do mundo da cultura até então marginalizados ou que, por não terem um caráter estritamente comercial e de marketing cultural, acabavam sendo preteridos pelo mecenato empresarial. Na prática, as pessoas físicas e jurídicas acabavam apoiando projetos culturais que tinham maior visibilidade ou que propiciavam um retorno para a construção da boa imagem do incentivador. Por exemplo, as empresas interessavam-se em apoiar ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico mais do que projetos de valorização da música erudita ou instrumental.

Com a presente proposição legislativa, pretendemos ampliar o leque de ações que possam merecer o mesmo percentual de incentivo estabelecido pelo art. 18 da Lei nº 9.874/99. Consideramos que projetos culturais relacionados à produção de curtas, médias e documentários, bem como obras de restauração e preservação da memória audiovisual do país devam ter um tratamento diferenciado, de forma que possam contribuir para o desenvolvimento da indústria do cinema, ao mesmo tempo que possibilite o resgate da memória nacional, em um País que ainda não aprendeu a valorizar a História como elemento de afirmação da identidade nacional.

O incentivo a projetos culturais voltados à produção de curtas, médias e documentários constitui importante mecanismo para a consolidação do cinema nacional, além de possibilitar o surgimento de novos cineastas e o uso de linguagens cinematográficas de vanguarda, que ensejam a renovação da "sétima arte".

Por outro lado, não podemos esquecer que, em um "País sem memória", muito já se perdeu de cópias de filmes nacionais do início deste século. A par do esforço empreendido pela Cinemateca Brasileira - instituição responsável pela salvaguarda do depósito obrigatório de obra audiovisual, conforme estabelece o art. 8º da Lei nº 8.685/93, muito ainda precisa ser feito para que tenhamos um acervo de filmes em bom estado de conservação, que contribua para a construção da memória cinematográfica do País.

Vale ressaltar que esse projeto de lei vem ao encontro do esforço empreendido pelo Ministério da Cultura de tornar o cinema importante setor estratégico para a nação brasileira, tendo sido incluído no "Programa